

SILVA, Terezinha Elisabeth da. Políticas de ação cultural na biblioteca pública: experiências dos anos 80. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17. 1994. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: APMG / Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1994. v. 1. p. 719-733.

POLÍTICAS DE AÇÃO CULTURAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA:

Experiências dos anos 80

TEREZINHA ELISABETH DA SILVA

Professor Assistente do
Departamento de Biblioteconomia
e Documentação da UFPB

RESUMO

A biblioteca pública e a ação cultural na década de 1980. A política cultural do governo militar. A abertura política na década de 1980 e seus reflexos no poder local. Considerações acerca da prática de políticas culturais pelas bibliotecas públicas.

PALAVRAS-CHAVE:

Biblioteca Pública
Ação Cultural
Política Cultural

1 – INTRODUÇÃO

Nunca se discutiu tanto cultura, cultura brasileira e política cultural como na década de 80. De repente, era como se todo o Brasil estivesse fazendo uma grande descoberta. Não sem razão, pois ainda que na área econômica, a década de 80 seja considerada perdida, politicamente acontece a redescoberta do Brasil. Redescoberta de suas múltiplas dimensões. A ditadura militar perdia fôlego e a sociedade brasileira vislumbrava dias melhores.

Motivada pelo trabalho à frente da Divisão de Bibliotecas da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, no período de 1984 a 1988, optei pelo tema **política cultural** para desenvolver minha dissertação de Mestrado na Universidade Federal da Paraíba. As reflexões que fundamentam este ensaio têm por base esse trabalho (SILVA, 1992).

Algumas questões presentes no original foram reformuladas, atendendo à própria dinâmica cultural e política do país.

Política cultural é um tema por demais abrangente, que teoricamente envolve todos os aspectos da vida. Por não aspirar a totalidade, recorro algumas situações específicas e faço uma leitura possível, a partir de categorias de análise que perpassaram a prática de política cultural da Secretaria Municipal de Cultura de Uberlândia, a partir da percepção da biblioteca pública.

2 – O NACIONALISMO AQUARTELADO

A cultura não é um conjunto de atos espontâneos e gratuitos, ela possui um significante contextual, isto é, social e político. O aspecto político, por sua vez, é perpassado por relações de poder. Assim entendida, a cultura se constitui de manifestações e expressões voluntárias de grupos ou indivíduos, inseridos na dinâmica social. Daí a concluir-se que as relações de poder estão presentes na esfera cultural, mesmo sem se considerar a instituição Estado. A diferença fundamental ao se introduzir este último elemento, é que se acrescenta ao processo a política, enquanto relações de poder de grupos organizados em partidos políticos.

O aspecto político da cultura e a política partidária são os determinantes que fazem com que qualquer tentativa de organização da cultura – por diretrizes estabelecidas pelo setor público ou pela sociedade civil – já nasça impregnada de fortes conflitos.

Uma política cultural seria, portanto um instrumento que enquadraria as manifestações culturais no espaço organizativo institucional, impondo-lhes fronteiras e regras do jogo político e da política traçada.

A tendência de criação de políticas culturais, crescente desde o final da Segunda Guerra, seria fomentada pela UNESCO, a partir dos anos 70. As reuniões promovidas pelo órgão seriam perpassadas pela preocupação comum de tentar definir qual seria o papel do Estado numa política cultural, o que permaneceu obscuro.

Ainda que esse ponto careça de maior exatidão, uma coisa

é certa: o Estado terá níveis diferentes de intervenção nos países desenvolvidos e nos países de Terceiro Mundo. A definição e a prática da política cultural dependem da história particular de cada país e do nível de abrangência do poder público na vida da sociedade.

O Brasil viveu, no período da ditadura, o que Garcia Canclini (1983) denominou de concepção **militar** de cultura, ou o **nacionalismo aquartelado**. Este modelo de política cultural tem o exército subordinando o aparelho de Estado; a tendência é suprimir toda participação antiautoritária através da censura e do fechamento das instituições.

Dois anos após o golpe militar, o governo Castello Branco instituiu o Conselho Federal de Cultura em 1966, a primeira atitude dos militares para a cultura. O CFC teria a função de coordenar atividades e propor uma política nacional, que só seria divulgada em 1975, no governo Geisel.

Realmente, tanto as “Diretrizes para uma Política de Cultura” de 1973, quanto a “Política Nacional de Cultura” de 1975 têm por objetivo “a codificação do controle sobre o processo cultural” (COHN, 1984). Controle visto como necessário por um regime que se encontrava em desvantagem, já que os principais órgãos de cultura foram criados na década de 30, como o INL e o SPHAN. Para assegurar o controle, a política oficial de cultura do regime militar subordinava a cultura à segurança nacional e ao desenvolvimento.

Na prática, dá-se ênfase para os trabalhos referentes

à conservação do patrimônio histórico e artístico “nacional”. Parceria significativa dos recursos da área cultural era canalizada para as frentes patrimonialistas, ou para elementos às voltas com projetos de preservação.

A qualquer custo, o Estado, simbolizado pela fusão dos três poderes, toma para si a obrigação de criar identidade cultural “nacional” que assegurasse sua solidificação. Identidade que será forjada sobremaneira por uma política de preservação de sítios históricos e de “promoção” do folclore no sentido de inventariar a cultura e a “memória nacional”. Lançava-se para o passado um olhar conservador. Não bastasse este modo inercial de reconhecer o passado, também o presente e o futuro não existiam.

A política de distensão do governo Geisel será o reflexo do fim do “milagre econômico” e das contradições dentro do poder. A exigência de democratização cresce de forma a ampliar-se para toda a sociedade ansiosa por mudanças.

No plano cultural, o Estado, cedendo às pressões, vai aos poucos liberando a censura, mas a política oficial ainda se apoia em diretrizes conservadoras. A tentativa de criação da identidade nacional serviria ao objetivo de unificar um país já mergulhado na crise econômica. A inquietação geral, os movimentos sociais e de “base” iriam amadurecendo a ideia de entrega do poder aos civis. São constantes as referências à “abertura lenta e gradual” do presidente Geisel.

3 – POLÍTICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO

A década de 80 se inicia acenando para a democracia. Em

1982, a vontade política da sociedade foi claramente demonstrada pela vitória das oposições nas eleições gerais. A implantação dos governos estaduais e municipais possibilitaria o exercício de propostas ainda não praticadas pelo poder público. Preocupações até então latentes, ou em discussão pela sociedade civil encontrariam formas de concretização através dos governos recém-eleitos. A cultura estaria dentre elas. Fato inédito é que mesmo pequenas cidades têm seu Departamento, Divisão ou Seção de Cultura.

A redemocratização avança. Um presidente civil é escolhido pelo Colégio Eleitoral. A Nova República iria criar, em 1985, o Ministério da Cultura, até então uma Secretaria do Ministério da Educação e Cultura. É verdade que a criação do Ministério suscita uma série de encontros e debates; no entanto, ele próprio não teve sua política delineada, devido a uma dificuldade inerente ao processo cultural que é a definição de uma linha de ação para a administração de uma “cultura nacional”, quando está claro que ela é diversa, dinâmica e heterogênea. Ela é plural sim, mas não caótica, conforme lembra Alfredo Bosi. (1987)

Como resultado da necessidade de descentralização de serviços públicos federais e políticas sociais foram desenvolvidos projetos e políticas culturais pelos Estados e Municípios. Não obstante os tateamentos do Minc, a cultura seria tratada no lugar onde a manifestação de sua pluralidade pode ser observada, principalmente nos municípios.

No período de ditadura o município gozou de uma autonomia relativa justamente – e paradoxalmente – como resultado da

despolitização do poder local em favor do central. Autonomia que possibilita, já na década de 70, a emergência de governos locais com orientações progressistas, onde as políticas sociais não significam apenas um grande repertório de regulamentações, mas um processo no qual a máquina do poder passa a ser instrumento de mediação do empreendimento político. Mediação que tende a enfraquecer as relações tradicionais – clientelismo, favoritismo, populismo – entre setor público e coletividade.

Assim, é no município que tem início, de forma mais visível e direta, o processo de redemocratização do poder político. Posturas servis vão cedendo lugar a movimentos sociais que se legitimam através da luta por direitos básicos e que constituem a busca de uma nova cidadania (DANIEL, 1988).

A nova cidadania engloba o direito à expressão cultural e o debate se estende até chegar às bibliotecas públicas que são arejadas pelas discussões. Elas vivem momentos de reflexão, criam polêmicas, são amadas e odiadas.

Além da diversificação de serviços básicos aos usuários, são desenvolvidos projetos de uma ação cultural voltada não somente para a leitura, abrem espaço para outras formas de expressão.

As bibliotecas públicas assumem, ou têm a pretensão de assumir, o papel de centros culturais. Face à premência desta nova ordem, o bibliotecário se vê diante da necessidade de romper com os estereótipos que a formação técnica lhe impõe e fazer a ponte entre os conhecimentos inerentes à sua

profissão e a imagem de bibliotecário–agente cultural.

Assim, vemos bibliotecários engajados no debate sobre cultura e política cultural, participando ativamente do estabelecimento de diretrizes para a área cultural e procurando se inteirar de discussões até então restritas à Universidade.

De fato, também no ambiente das bibliotecas públicas pôde-se discutir cultura não somente em seu caráter simbólico e abstrato. Ficou claro que pensar em cultural significa pensar em poder, visto que “a dimensão política já está inscrita nas primeiras referências à cultura, não lhe advém de fora” (COHN, 1987).

4 – CULTURA, PODER E BIBLIOTECAS PÚBLICAS

O espaço asséptico das bibliotecas públicas é contaminado por fatores que derivam da relação entre cultura e poder. Vários desdobramentos desta relação interferem em suas ações.

A década de 80 possibilita que as bibliotecas públicas vivam experiências férteis, mas também repletas de estratégias ingênuas e equivocadas. Os bibliotecários, protagonistas desta história, iniciam incursões pelos desconhecidos caminhos da política cultural.

Carregado de dilemas esse aprendizado intenta eliminar traços autoritários de uma geração educada basicamente nestes moldes. Além disso, é a busca da aplicação da teoria apreendida nos domínios acadêmicos. Teoria que vai se revelando distante da realidade.

Uma prática diferente das vigentes: a oportunidade de participar mais intimamente dos processos de definição de uma política cultural e da estruturação de órgãos é vista com paixão pelos bibliotecários. Experiência pequena – em termos de espaço de tempo e de quantidade de envolvidos – porém relevante para mostrar as possibilidades existentes na administração pública. A crença no investimento em nível institucional desmascara a equivocada “posição de recusa ética da esfera estatal” (KONDER, 1987).

O aprendizado passa pela descoberta de formas e estratégias de atuação que sugerem crises e dilemas. A responsabilidade do lugar recebido para atuação, a inexperiência e a ânsia de realizar em curto espaço de tempo um grande projeto cria inquietações e medos de incorrer nos mesmos equívocos dos antecessores, levando a atitudes profundamente artificiais. Além dos movimentos sociais que pressionam, o bibliotecário-agente cultural coloca seu próprio modo político em xeque. E num já emaranhado mundo de culpas, surgem os fantasmas recorrentes do paternalismo e do assistencialismo.

Outro desdobramento da relação cultura e poder que emerge como grande empecilho para o bibliotecário-agente cultural é a burocracia que estende sua rede de forma a cobrir toda a base da estrutura institucional. A intenção democrática está em constante confronto com os limites rígidos da burocracia. Conceitos e práticas antagônicas, burocracia e democracia vivem em luta permanente. Aliás, o crescimento da burocracia é um dos grandes “paradoxos da democracia” (CHAUI, 1989).

Na área cultural a incompatibilidade torna-se mais evidente; pressuposto de liberdade, a cultura não coaduna suas ações com o rigor burocrático. Mas tratar de administração pública é tratar sempre de burocracia, pois é nos domínios do aparelho de Estado que ela adquire caráter mais perverso.

No campo da cultura o choque se dá em termos de dinâmica; a cultura como elemento vivo carece de agilidade, o que não caracteriza a burocracia.

Utopia pensar em libertação desta estrutura permanente que no Brasil adquiriu aspecto negativo e contaminado, diferente – e mais viciado – do modelo puro estabelecido por Weber. É fato que burocracia e democracia são práticas que não se harmonizam, mas seria utópico pensar que num processo democratizante a burocracia assumisse novo perfil?

Muitas administrações públicas, reconhecendo a necessidade de outra dinâmica para a área cultural, têm tentado formas jurídicas mais ágeis. Um exemplo são as fundações de cultura, que equivalendo às secretarias, detêm mais autonomia, principalmente em relação à gestão de recursos financeiros. Além do repasse de verbas pelo poder executivo, as fundações têm maior mobilidade para captação de recursos de fontes externas, e também para sua aplicação.

Uma situação conflitiva está posta. Ser burocrata ou ser agente cultural? São práticas que clamam por sensibilidades diferentes, o que faz com que o trânsito nestas duas

instâncias seja impossível.

A ambivalência burocrata-agente cultural é semelhante à congregação artista-político. Desabafa Gilberto Gil (CAPINAN/GIL [198-]) que foi a insistência nesta dicotomia que o levou a investir energias na fundação Gregório de Mattos em Salvador:

Eu não acho que possa mudar isso, acho que é um bom exemplo no sentido que as pessoas ficam sabendo: pajé e cacique não podem coincidir numa mesma pessoa, mas é preciso saber que as pessoas vão lembrar sempre que isso fica como uma necessidade [...], que é preciso fazer isso possível em todos os níveis da vida.

Enfim, qual seria o papel do agente cultural? Não é simples conceituar, nem definir sua função, mesmo porque a própria prática “é por natureza cambiante e móvel”, como lembra Teixeira Coelho (1989). Prossegue o autor:

Ele está no centro de um cruzamento ligando diversas figuras normalmente afastadas umas das outras: a arte, o artista, a coletividade, o indivíduo e os recursos econômicos (ou fontes financiadoras, como o Estado ou a iniciativa privada, que não produzem cultura diretamente mas detêm o poder de torná-la realidade).

O agente cultural é o elemento mobilizador, o articulador, o elo propiciador que faz emergir a ação cultural, ele apressa a “muda da lagarta” ainda utilizando uma expressão de Teixeira Coelho. Ele rejeita espontaneísmos, mas não dirige totalmente as ações, e a angústia maior está em achar um ponto de equilíbrio entre estas duas estratégias opostas.

Abrindo fronteiras, o agente cultural pode ser aquele que busca exercer novas formas de poder.

Se a vontade de exercer novas formas de poder esbarra em resistências e entraves, ela cria também oportunidades de gerenciar todas estas questões. Ao contrário do que se pensa

com frequência, o exercício do poder pode ser benéfico.

E somente através do reconhecimento das micro e macro estruturas do poder seria possível articular contra poderes e agir no sentido de disfuncionar esses poderes. O reconhecimento destas redes não se dá com iluminações celestes, mas é dentro das instituições que se tornam possíveis esses novos agenciamentos.

A área institucional da cultura – pela própria característica do objeto – favorece a reunião de elementos antenados para essas novas visões. A biblioteca pública não faz cultura, ela facilita o surgimento dos produtores culturais e trabalha com eles oferecendo respaldo necessário à reabilitação de suas ideias.

Esta é uma forma participativa de elaboração e condução de uma política cultural que vem se multiplicando pelo Brasil, principalmente após eleições de governos com orientação de esquerda. É o caso da Prefeitura de São Paulo, a partir de 1989, com Luiza Erundina. Tendo à frente da Secretaria de Cultura paulistana, Marilena Chauí, uma nova e polêmica forma de gestão das Casas de Cultura foi tentada, via participação popular.

5 – À GUIA DE CONCLUSÃO

A década de 80 se inicia com a possibilidade de novos e melhores dias para a sociedade brasileira. Mas esta esperança dá lugar a relações autoritárias e paternalistas no limiar dos anos 90.

Não foi possível fazer a revolução cultural. Por outro lado, o sonho revolucionário foi necessário para motivar o trabalho das bibliotecas públicas.

Caminhamos rumo à utopia. Utopia saudável. Foi a crença numa ideia que pôde viabilizar o trabalho de ação cultural nos anos 80. Apesar dos limites, ficaram alguns rastros, sementes do processo; nem tudo se perde ou se perdeu. Isto é importante ressaltar pois a cultura entendida como um processo não se restringe a eventos episódicos. Ela é construída. É resultado de um trabalho, o que a distingue de cultura inerte, objeto de contemplação.

Elegendo a noção de cultura como processo a biblioteca pública se abre para uma multiplicidade de descobertas que não têm um fim em si mesmas, e abre para a coletividade uma amplitude de oportunidades até então negadas e omitidas. Assim, pensar que seja experiência sem frutos é ser incoerente com este enfoque processual. E como o processo não tem avanço linear, seus frutos podem arrebentar em outras regiões ou épocas.

Aqui entra a importância de se insistir no processo. A história não dá saltos, mas os rumos dependem de direcionamento. Aqueles que são capazes de se arriscar ainda investirão energias em projetos comprometidos com a conquista de novas práticas sociais, novos agenciamentos de poder.

Nesta perspectiva, a cultura e a política cultural devem vir a ser elementos essenciais para detonar no nível do real a fantasia democrática. A **cultura** porque em seus

aspectos político e simbólico, representa, na diversidade e na diferença, **a dimensão maior do processo social, e mediatiza a relação do já existente com o que pode vir a ser; a política cultural**, porque empenhada na democratização, é o instrumento – não normativo – que **celebra estas diferenças e permite a expressão dos vários matizes culturais, além de toda a gama de conflitos e enfrentamentos que deles decorrem.**

E na perspectiva do tempo não linear – mas processual e cíclico – não existe uma verdade histórica e datada, existe a diversidade e lugar para as diferenças; e para a esperança. Uma generosa esperança. Podemos sonhar?

ABSTRACT

Public libraries and cultural action at the 1980's. The military dictatorship cultural policy. Political democratization at the early 80's and its consequences for local power. Consideration concerning some practices of cultural policies for public libraries.

KEY WORDS:

Public Library
Cultural Action
Cultural Policy

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____. (org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. 224p. p. 7-15.

CAPINAN/GIL: eternos parceiros. [S.l.: s.n., 198-]

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 4. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 1989. 309p. 1989.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 94p.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELI, Sérgio (org.) **Estado e cultura no Brasil: anos 70**. São Paulo: Difel, 1984. 204p. p. 85-96.

_____. Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 7-10, 1987.

DANIEL, Celso, Poder local no Brasil. **Espaço e Debates**, v. 8, n. 24, p. 26-39, maio, 1988.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos CEBRAP**, v.2, p. 39-51, jul. 1983.

KONDER, Leandro. O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 11-17, 1987.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Território da Utopia/Área de risco**. Política cultural: venturas e desventuras da experiência de Uberlândia (MG). João Pessoa, 1992. 139p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Universidade Federal da Paraíba, 1992.